

RUY FABIANO

Ponto de Vista

CPI - *Gravemente*
Momento singular

O Congresso vive hoje, com a leitura do relatório da CPI do Orçamento, um momento singular em sua história. Sacrifica no altar da ética e dos bons costumes algumas dezenas de nomes ilustres, num processo autopurgativo sem precedentes na história dos parlamentos latino-americanos.

Os expurgos, em si, não são novidade. Os golpes militares os promoveram aos montes, ao longo da história republicana. O que há de novo é o fato de a faxina estar sendo feita pelos próprios parlamentares, em processo aberto, com direito de defesa, e na busca de preservação das próprias instituições democráticas.

O descrédito das instituições, sobretudo do Congresso, as estava condenando inapelavelmente perante a opinião pública. O processo político peruano ameaçava repetir-se aqui. Lá, a corrupção enfraqueceu a tal ponto Legislativo e Judiciário que ninguém protestou quando o presidente Alberto Fujimori resolveu fechá-los a baioneta.

Ao contrário, o gesto, ainda que antidemocrático, fez subir consideravelmente a popularidade do presidente. E criou a fórmula da fujimorização, como produto político de exportação, cuja eficácia ganhou adeptos entre nós e chegou a ser sugerida há dois meses por lideranças militares e civis ao presidente Itamar Franco, segundo recente revelação do ministro da Justiça, Maurício Corrêa.

O Congresso brasileiro dá hoje um passo importante em direção ao resgate de sua respeitabilidade. O relatório do deputado Roberto Magalhães, propondo a cassação de cerca de três dezenas de mandatos, não representa o saneamento pleno do processo político. Há ainda muita coisa por fazer. Mas é o começo. Sabe-se que, na base das distorções, há uma

legislação partidária furada e um sistema eleitoral que é um convite ao pecado.

Criar um partido político é ainda tarefa simples, que pode ser providenciada por um bom despachante. Mas já foi mais banal. Nas reformas do ano passado, foram introduzidas algumas dificuldades, que, mesmo não sendo suficientes para estabelecer uma representatividade mais efetiva, ao menos reduziram a taxa de anarquia do processo. Há ainda muito a fazer, mas as propostas já estão aí: sistema distrital misto; redução para quatro anos do mandato do presidente da República, de modo a coincidi-lo com o mandato do Congresso; voto facultativo; fidelidade partidária etc. O saneamento da política começa na correção do processo de seleção dos políticos, via voto.

É, pois, de grande importância que os expurgos éticos operados pela CPI do Orçamento — e que prosseguirão nas demais CPIs previstas — tenham consequência prática também na legislação. Daí a dimensão adquirida pela revisão constitucional, cujo desfecho se dará às vésperas de uma eleição geral, que renovará quase todas as instâncias de poder eletivo do País. De fora, fica apenas o poder municipal.

O Brasil está tendo a oportunidade histórica raríssima de promover cirurgias institucionais dentro do regime democrático, sem retrocessos ou violências. Se aproveitá-la, sairá fortalecido do processo, pois terá promovido o reencontro do Estado com a Nação. E essa é precondição para superar o subdesenvolvimento. Mas há muito por fazer. A transparência hoje imposta ao Congresso precisa ser estendida aos outros poderes e gerar transformações efetivas na mentalidade dos homens públicos. A caminhada, felizmente, já começou.